

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.341 - SP (2019/0218274-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS
ADVOGADOS : EDSON FLAUSINO SILVA JÚNIOR - SP164334
CONRADO FRANCISCO ALMEIDA CARVALHO -
SP272264
AGRAVADO : CEDIB-CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DE
BARRETOS S/S LTDA
ADVOGADOS : WASHINGTON ROCHA DE CARVALHO - SP136272
NESTOR LEONEL DE SOUZA NETO - SP358378

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. REQUISITOS DO ART. 700 DO CPC. COMPROVADOS POR MEIO DE DOCUMENTOS HÁBEIS. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA CORTE A QUO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS, contra inadmissão, na origem, de recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição da República, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (e-STJ, fl. 280):

MONITORIA Documentos que instruíram a inicial suficientes a comprovar a efetiva prestação de serviços Embargos à monitoria rejeitados Sentença mantida - Recurso improvido.

No recurso especial, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 373, 434 e 700 do Código de Processo Civil. Sustenta, em síntese, que "*não houve a apresentação de relatórios médicos, relação de pacientes atendidos entre outros demais documentos que deveriam ser apresentados com o fito de cumprir a contento o artigo 700 do NCPC, de modo que comprovado, efetivamente, o descumprimento do comando processual pelo v. aresto guerreado.*" (e-STJ, fl. 293).

Superior Tribunal de Justiça

Defende que *"restou impossível à recorrente, portanto, impugnar a alegação inicial de veras genérica, destacando-se ainda, repita-se, que nos termos do artigo 373, I, do NCPC, o ônus probatório em casos de tal estirpe compete, única e exclusivamente, apenas à recorrida."* (e-STJ, fl. 293)

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 302/308).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

No que diz respeito à alegação de que não houve comprovação pela apresentação de documentos para cumprimento dos requisitos do art. 700 do CPC, assim se manifestou o aresto ora impugnado:

A autora instruiu a ação com notas fiscais, contrato de parceria entre as partes e relação de débitos elaborada pela própria apelante (fls. 34/118).

Em sede de embargos monitórios, o embargante aduz que não há prova da efetiva prestação de serviços diante da ausência de assinatura nas notas fiscais.

Entretanto, o contrato de parceria entabulado entre as partes demonstra que os serviços eram prestados a pacientes da apelante e não diretamente a esta.

Ademais, no pedido de Insolvência formulado pela apelante, consta expressamente em seu balanço contábil a existência da dívida com a apelada em valor até mesmo superior àquele ora cobrado, demonstrando a boa-fé da apelante.

(...)

Assim, não há como negar que os documentos juntados aos autos são hábeis ao ajuizamento da ação monitória e também suficientes a comprovar a efetiva prestação de serviços.

Assim, elidir as conclusões do acórdão recorrido para concluir de forma diversa que *"não houve a apresentação de relatórios médicos, relação de pacientes atendidos entre outros demais documentos que deveriam ser apresentados com o fito de cumprir a contento o artigo 700 do NCPC "* (e-STJ, fl. 293), como requer a parte recorrente nas razões do recurso especial,

Superior Tribunal de Justiça

demandaria o o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 7/STJ.

Destarte, ante a necessidade revolvimento de fatos e provas, inviável a pretensão da parte recorrente.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários de sucumbência para 18% do valor da condenação, observados os benefícios de gratuidade de justiça concedidos na origem.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator